

ODS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: CAMINHO PARA A PRÁTICA DE UMA AGENDA GLOBAL

Carvalho, Beatriz Leal de.¹; Fonseca, Sergio Azevedo.²

1 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, e-mail: leal.carvalho@unesp.br

2 Orientador pela Universidade Estadual Paulista, e-mail: sergio.fonseca@unesp.br

RESUMO

Da Conferência de Estocolmo à Agenda 2030 o mundo reconhece que a natureza não suporta o modo de produção e consumo contemporâneo. Com uma sustentabilidade apenas retórica, estamos imersos em uma crise sistêmica entrelaçada nas dimensões ambiental, econômica, sanitária, cultural e política, agravada pela crise de governança socioambiental, especialmente no cenário nacional. Nesse cenário e considerando a proximidade de 2030 para se cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), concebeu-se uma pesquisa focada no ODS 17, buscando-se responder à seguinte questão: quais seriam as possíveis aderências das metas do ODS 17 às estratégias e instrumentos de promoção do desenvolvimento local? Justificada pela importância de se avaliar a aderência de políticas públicas brasileiras contemporâneas à agenda dos ODS, a pesquisa, realizada em conformidade com os preceitos da metodologia qualitativa, enquadrada, em seu delineamento, como pesquisa documental, revelou, de um lado, o potencial de uma grande diversidade de instrumentos de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local, em diálogo com o ODS 17 e, de outro lado, o grande abandono desses instrumentos nos últimos anos, em contraposição à Agenda 2030.

Palavras-chave: Políticas públicas; polissemia do desenvolvimento; sociedade, meio ambiente e economia; redes de agentes.

RESUMEN

Desde la Conferencia de Estocolmo hasta la Agenda 2030, el mundo reconoce que la naturaleza no apoya la producción y el consumo contemporáneos. Con solo sustentabilidad retórica, estamos inmersos en una crisis sistémica entrelazada en las dimensiones ambiental, económica, sanitaria, cultural y política, agravada por la crisis de gobernanza socioambiental, especialmente en el escenario nacional. En este escenario y considerando la proximidad del

2030 para alcançar los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), se concibió una investigación centrada en el ODS 17, buscando dar respuesta a la siguiente pregunta: ¿Cuáles serían las posibles adherencias de las metas del ODS 17 a las estrategias e instrumentos para promover el desarrollo local? Justificada por la importancia de evaluar la adherencia de las políticas públicas brasileñas contemporáneas a la agenda de los ODS, la investigación, realizada de acuerdo con los preceptos de la metodología cualitativa, enmarcada, en su diseño, como investigación documental, reveló, por un lado, el potencial de una gran diversidad de instrumentos de política pública para la promoción del desarrollo local, en diálogo con el ODS 17 y, por otro lado, el gran abandono de estos instrumentos en los últimos años, en oposición a la Agenda 2030.

Palabras Clave: Políticas públicas; polisemia del desarrollo; sociedad, medio ambiente y economía; redes de agentes.

1. INTRODUÇÃO

Desde a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, até a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, adotada em 2015, o mundo vive sob o reconhecimento de que os recursos naturais não aguentam o modo de vida dos seres humanos desenvolvido com o sistema capitalista. Desde então, embora o reconhecimento dessa problemática tenha gerado pressão mundial sobre os governos e empresas para conferir sustentabilidade ao desenvolvimento, com medidas para redução das emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa e a prática do enunciado na Carta da Terra (2000), não houve mudança no rumo do crescimento (BOFF, 2012). A natureza segue subordinada às ambições humanas, de modo que os esforços permanecem sendo para restaurar e evitar que a degradação continue (BOFF, 2012).

A preocupação com a vida é premente, mas existem os interesses das potências centrais e das corporações multilaterais que barram essa realidade (BOFF, 2012), mesmo diante das chagas da Terra e dos gemidos de milhões de animais e seres humanos que sofrem com a violência. Depois da Revolução Científica do século XVI, não houve força capaz de alterar a crença geral de que o importante é produzir e consumir sem limites – refém da percepção de que os recursos do planeta seriam inesgotáveis (BOFF, 2012). É frente a essa questão que se coloca o problema moral do desenvolvimento sustentável, que permanece sendo antropocêntrico e sob domínio dos indicadores econômicos (BOFF, 2012). Além de moral, instalou-se também um problema ético, pois o discurso prega um desenvolvimento sustentável

que deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, mas na prática continua-se a produzir miséria, desigualdade e destruição (BOFF, 2012).

Essa sustentabilidade retórica é o que levou o mundo globalizado a uma crise sistêmica, sentida em menor ou maior grau de acordo com o poder político e econômico do país perante os outros. São crises que se entrelaçam nas dimensões ambiental, econômica, sanitária, cultural e política e se agravam pela crise de governança socioambiental (JOLY; QUEIROZ, 2020). A sanitária, aguda no cenário nacional, e agravada pelo desmonte do arcabouço legal, institucional e dos mecanismos de regulação, que afetam, sobretudo, os povos tradicionais (JOLY; QUEIROZ, 2020). Não se trata, contudo, de uma crise pontual, pois se analisada em escala global fica evidente o seu caráter estruturalmente crônico, “onde a multiplicidade de interesses econômicos e políticos, associada à falta de mecanismos para, de fato, implementar as decisões das diferentes convenções, impede progressos mais significativos nesse âmbito” (ADAMS et al., 2020; O’NEILL; HAAS, 2019).

Foi diante de todas essas questões urgentes que se inseriram os debates na disciplina de Abordagens Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Local que, embora seja ministrada há mais de 15 anos na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, encontrou no último ano um cenário muito propício às discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento local. Foi após a proposta de se analisar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e suas metas, que este trabalho de pesquisa tomou forma. Frente à indagação feita pelo docente de qual seria o ODS mais importante atualmente e quais metas teriam maior potencial de contribuição para o desenvolvimento local, desenvolveu-se uma pesquisa que teve como objeto o ODS 17. O problema que se colocou foi o de: quais seriam possíveis aderências das metas dos ODS a estratégias e instrumentos de promoção do desenvolvimento local? Com o objetivo de identificar metas no ODS que evidenciam a importância de ações locais para a realização de uma agenda global, partiu-se do indicativo de que políticas públicas locais, que envolvam diversos atores e parcerias, impactam diretamente no alcance das metas postas no ODS, justificando-se pela necessidade de ações frente às urgências globais que impactam profundamente o local.

Para o alcance do objetivo, o texto foi estruturado em três partes, a primeira, abordando a contextualização histórica que levou à necessidade da Agenda 2030, tratando dos diálogos entre o desenvolvimento local e a agenda, seguida pela apresentação do ODS escolhido e suas metas e, por fim, nas considerações finais, apresentando a discussão entre os resultados alcançados e a literatura consultada.

2. A POLISSEMIA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Segundo Gorenstein (2019), desde o último quarto do século XX as discussões sobre as atividades intensivas em recursos naturais no processo de acumulação e desenvolvimento capitalista apresentou significativas mudanças. Expressando a fase atual do capitalismo, global e financeirizado, os novos paradigmas tecnológicos e suas implicações na divisão internacional do trabalho, novas e velhas assimetrias se (re)produzem. Modificam-se as hierarquias e os fluxos de capitais em escala global e o cenário competitivo internacional, ganhando protagonismo novos atores, como a China, expressivo mercado e investidor significativo, e os países latino-americanos produtores e exportadores de commodities, a exemplo do Brasil. (GORENSTEIN, 2019).

Nos estudos sobre o estruturalismo latino-americano, há cada vez mais atenção e hierarquização para os problemas ligados a riscos ambientais e ecológicos (GORENSTEIN, 2019), tornando premente a necessidade de se tratar de questões como os conflitos em torno do uso da água, solo, paisagem e florestas, identificando as relações de distribuição antagônicas e o confronto de interesses, bem como as questões culturais, históricas, sociais, políticas e econômicas que culminam nas disputas territoriais por recursos (GORENSTEIN, 2019).

A discussão sobre essas questões é importante para dar visibilidade ao problema da degradação ambiental intensificada em nível global desde meados do século XX (GORENSTEIN, 2019). Por outro lado, ainda seguindo o mesmo autor, diante das questões polêmicas sobre governança, principalmente nos países periféricos, há o alerta para os limites impostos pelos processos de apropriação de receitas nas integrações potenciais ou efetivadas em cadeias globais de valor nas transformações e novas dinâmicas do capitalismo.

Isto posto, Gorenstein (2019) afirma que diversas abordagens contemporâneas estão vinculando a recente reavaliação e mercantilização dos recursos naturais como continuidade do processo de acumulação primitiva, como definida por Marx (1973). Desde o fechamento dos bens comuns da fase pré-industrial na Grã-Bretanha, passando pela acumulação por expropriação, até o extrativismo e desapropriação modernos, o que se tem são contínuas disputas de poder e conflitos por posse territorial que alimenta a exploração de recursos.

Nesse sentido, considerando a atual fase do capitalismo, suas lógicas não estão mais restritas a territórios específicos, mas articuladas às cadeias globais. Isso faz com que, especialmente nos países da América Latina, haja crises de governança e questionamentos sobre o exercício das funções do Estado e seus limites como instituição reguladora, já que cada vez

mais incorporam cláusulas que favorecem empresas multinacionais e seus interesses. Por consequência, Gorenstein (2019) conclui, acerca do desenvolvimento sustentável, que:

Muitas das condições necessárias para gerar ou recriar processos de produção sustentáveis (uso de energias mais limpas e renováveis, por exemplo), repensaria a liderança em termos de capacidades de investimento e desenvolvimentos tecnológicos, desencadeando ou intensificando conflitos em diferentes escalas (global, nacional, local) e reforçando ainda mais o posicionamento da periferia dos países sob este novo paradigma mundial. (GORENSTEIN, 2019).

É considerando essa conclusão que se evidencia a importância do local para o desenvolvimento sustentável poder de fato ser efetivado. Como apresenta Fischer (2002), o local deve ser tratado, seguindo os ensinamentos de Milton Santos, como categoria de análise, pois “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (FISCHER, 2002). Partindo dessa definição, a sustentabilidade do desenvolvimento tem que partir do local, uma vez que, segundo Barbieri (2006): “é nesse espaço que as condições de vida fazem sentido para as pessoas”.

O mesmo Barbieri (2006) afirma ainda que o local é a dimensão mais importante quando se trata do desenvolvimento pois, conforme o paradigma do desenvolvimento sustentável, é na dimensão local que se estrutura a condição de vida das populações. Já em questão de delimitação territorial, o local pode ser um ou mais municípios próximos, um ou mais bairros, sejam eles rurais ou urbanos ou uma micro bacia hidrográfica (BARBIERI, 2006).

Para o desenvolvimento sustentável, o local passou a significar uma instância privilegiada de atuação que, por isso, deve possuir autonomia em relação aos Estados e Federação, embora articulada com eles (BARBIERI, 2006). Esse privilégio é resultado da globalização, como antes definida, permitindo que as empresas transnacionais tratem o local como espaço estranho e de mera exploração, puramente complementar com os seus interesses globais – emblemático dessa postura é o recente caso do fechamento das plantas da Ford no Brasil. Contraditoriamente, contudo, esse privilégio também resulta em competitividade entre territórios para atração de investimentos e reconhecimento enquanto importantes nós da rede global, alimentando guerras fiscais e nutrindo problemas migratórios (BARBIERI, 2006).

Para fazer frente a essa perversa lógica, Barbieri afirma que é preciso reverter o sentido do “desenvolvimento”, contrapondo, à direção descendente, de *cima para baixo*, a abordagem de *baixo para cima*, configurada com base na multiescalaridade transversal, econômica, social,

cultural e política e integrando múltiplos atores locais (FISCHER, 2002). Somente assim o local poderá se impor autonomamente frente à globalização, buscando desenvolver políticas sustentáveis já deliberadas, por exemplo, na Agenda 21, que tem como foco economias locais viáveis, comunidades justas e pacíficas, cidades eco eficientes e cidades e comunidades resilientes (BARBIERI, 2006). Trata-se de perspectiva que desnuda a ideia de micro sustentabilidade colocada por Boff (2012), viável com o modelo da economia solidária, pela ideia do cooperativismo e desenvolvimento local pois, como conclui Barbieri (2006):

Não há um único caminho para iniciar um processo de desenvolvimento sustentável local. A Constituição Federal, a Agenda 21 e o Plano de Ação elaborado na Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Habitat são referências importantes, assim como os diversos indicadores de sustentabilidade que funcionam como mapas de situação local, como o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esse processo deverá perseguir objetivos múltiplos e conflitantes, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Iniciar e dar continuidade a esse processo jamais será uma empreitada fácil. [...] Qualquer política de desenvolvimento sustentável local não pode perder de vista os problemas globais, isto é, ela deve ser formulada também com o objetivo de contribuir para a solução ou redução desses problemas no seu nível de atuação espacial. Esse é o sentido da expressão *pensar globalmente e agir localmente*, que se tornou uma espécie de axioma do desenvolvimento sustentável. Independentemente dos objetivos de desenvolvimento local, é importante que a população local perceba que estão contribuindo para a solução de problemas globais, mesmo que represente uma gota no oceano. As ações locais devem ser vistas como instrumento de ampliação da solidariedade em termos planetários, para que seja possível tornar efetivos os pactos geracionais comentados no início deste texto. São esses os pactos que permitirão criar o que Morin (2001) denomina de “cidadania planetária”. (BARBIERI, 2006).

Neste ponto, é preciso pensar a práxis objetivamente e, para isso, Fischer (2002) apresenta quais atores e poderes precisam se articular e como podem fazer isso. Ela afirma que, no discurso oficial, o desenvolvimento local refere-se à estabilidade e mudança, inovação e permanência, disputa e solidariedade, sentidos contraditórios que são trabalhados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em vários níveis. Retoma-se, então, a questão da governança, que versa justamente sobre uma gestão coletiva e ações compartilhadas. Segundo Guimarães e Martin (2001), governança implica a convergência das seguintes ideias: a) concepção de que todos os implicados no processo de tomada e implementação de decisões são corresponsáveis e donos das decisões tomadas na qualidade de consumidores ativos; b) concepção do processo de recursos financeiros, organizacionais e outros como resultados de parcerias intra e interorganizacionais e c) valorização das estruturas descentralizadas e participativas que integram tomadas de decisão,

implementadas e avaliadas em processo de aprendizagem organizacional.

Por fim, ao se colocar a questão da governança para o estabelecimento da agenda, Fischer (2002) apresenta cinco proposições para a gestão do desenvolvimento local que, pelo exposto, trata-se da gestão do desenvolvimento social. A primeira proposição fala sobre *o que* deve ser feito, *por que* e *para quem*. Nesse sentido a autora aponta que o espectro de iniciativas não é linear, pois os nós e conexões organizativos são muitos, as estratégias variadas e dependendo de indivíduos, grupos e coletivos. A segunda proposição defende que gestão do desenvolvimento social seja um campo de conhecimento e espaço de práticas híbridas e conflituosas e, embora muito difícil de ser colocada em prática, necessitando de compartilhar o poder e construir instituições e estratégias eticamente relacionais e eficazes. A terceira proposição é orientada pelos valores e pela ética da responsabilidade, precisando a gestão do desenvolvimento social ser eficiente e eficaz e sendo a eficiência função da efetividade social, ou seja, a legitimidade conquistada. A quarta proposição destaca o indivíduo como líder de transformações sociais ou como gestor e a quinta e última proposição, destaca a importância de se considerar a cultura, onde o gestor social trabalhe também na dimensão simbólica e valorativa, especialmente em culturas locais e na construção de identidades.

3. O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DO ODS 17

O resgate da literatura realizado na seção precedente foi necessário porque a Agenda 2030 apresenta 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, juntos, eles possuem 169 metas, que sinalizam na direção de condições mais justas, equânimes, solidárias, democráticas e duradouras para a vida no planeta. A abordagem de todos esses objetivos e metas, no contexto deste breve trabalho, é impraticável.

Daí que, seguindo os pressupostos da metodologia qualitativa e adotando um delineamento de pesquisa focado na pesquisa documental, foi selecionado, na perspectiva de uma leitura mais aprofundada, apenas um objetivo, o de número 17: *Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável*. Tal escolha tem apoio em Guimarães e Fontoura (2012), para quem o mundo enfrenta hoje um *déficit político* e de *implementação* de decisões já adotadas reiteradas vezes, tanto que as incertezas não são mais sobre as causas, mas sobre as consequências das mudanças climáticas.

Ainda com base nos mesmos autores, defende-se aqui que nenhum outro objetivo seja passível de alcance sem que, de fato, se foque nos meios de *implementação* de qualquer ação e para isso, devem ser criados mecanismos que assegurem *garantias de implementação*, que só

vão ser possíveis através do desenvolvimento local sustentável. E isso fica escancarado quando Guimarães e Fontoura (2012) afirmam que:

Definitivamente, não se trata de garantir o acesso, através do mercado, à educação, habitação, saúde ou a um meio ambiente livre de poluição. Ao contrário, a satisfação de necessidades básicas impõe a recuperação de práticas coletivas (solidárias) para a consecução de aspirações materiais e espirituais que garantam o bem-estar humano. Atualmente “encurralado”, ou havendo sobrevivido a sua quase “extinção” em mãos dos apóstolos do neoliberalismo, o Estado se encontra, sem dúvida, “ferido de morte”. Sua principal ameaça provém do entorno externo. A internacionalização dos mercados, da própria produção e dos modelos culturais, coloca em questão a capacidade de os Estados manterem a unidade e identidade nacional, provocando a fragmentação de seu poder para manejar as relações externas da sociedade, fortalecendo os vínculos transnacionais entre segmentos dominantes na sociedade (GUIMARÃES, 1996b). De persistir as tendências recentes, quando o Estado assumiu muitos desses vínculos (i.e., a negociação da dívida externa privada), haveria o risco de tornar as políticas estatais nada mais que a “ambulância” que recolhe os feridos e descartáveis de uma globalização corporativa e neoconservadora, em um contexto no qual grande parte das decisões que são fundamentais para a coesão social é tomada fora de seu território e mediante atores totalmente alheios à sua realidade. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

É por isso que o objetivo 17 deve ser priorizado, pois ele postula metas imprescindíveis para a realização de ações efetivas. São 19 metas que apresentam propostas para as áreas das finanças, tecnologia, desenvolvimento de capacidades, comércio, questões sistêmicas relacionadas à coerência de políticas e instituições, parcerias multissetoriais e dados, monitoramento e prestação de contas. Dentre as 19 metas, cinco delas podem ser implementadas em âmbito local, contribuindo para a Agenda 21 e, conseqüentemente para o alcance dos objetivos postos não apenas no ODS 17, como também dos demais.

A primeira meta analisada é a de número *17.14: Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável*. Nessa meta é possível observar a importância do local enquanto agente de promoção de implementação e permanência de políticas coerentes que, obtendo eficiência e efetividade a longo prazo, podem ser exemplos seguidos em âmbitos maiores. O local aqui adquire papel central diante da maior possibilidade de articulação entre os atores locais, uma vez que é mais viável alterar e garantir políticas municipais positivas, do que aguardar iniciativas oriundas de esferas estaduais e federal, notadamente numa realidade em que a cultura nacional não compreende a conexão direta entre o desenvolvimento sustentável e as demandas de educação, saúde, políticas sociais e até melhora nos índices de desenvolvimento econômico.

A segunda meta posta em destaque foi a *17.15: Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável*, que aponta para a importância de se respeitar a autonomia dos países e, analisada mais de perto, defende a autonomia das esferas locais, reconhecendo seu lugar de contribuinte nas formulações de políticas que, ao implementarem o desenvolvimento sustentável, irão contribuir para a diminuição e erradicação da pobreza. Exemplos que corroboram essa defesa são os casos das políticas municipais de segurança alimentar e nutricional, uma das quais, emblemática por sinal, tratada por Teixeira (2001), ao abordar o êxito obtido pela prefeitura de Belo Horizonte ao implementar uma política pública capaz de incentivar a produção sustentável de alimentos, a comercialização e a defesa do consumo alimentar, ampliando o alcance social ao combater a pobreza, a fome e a miséria, problemas endógenos às cidades brasileiras. É muito importante ressaltar a interdependência dessa meta com a primeira, pois sem uma coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável ao longo dos governos, não seria possível uma política como essa ter sido implementada e continuada.

Evidenciada a importância do desenvolvimento local, retoma-se a necessidade de, ainda assim, haver parcerias em todos os níveis, como aponta a meta *17.16: Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável complementada por parcerias multissetoriais, que mobilizem e compartilhem conhecimento, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento*. Um caso prático da importância dessas parcerias multissetoriais, que contam muito para o desenvolvimento local, são as transferências de tecnologias em universidades¹. Isso porque, para que ocorram essas transferências, deve-se retomar os apontamentos de Fischer (2002) sobre *o que deve ser feito, por que e para quem*. Na articulação necessária entre Universidade-Mercado-Governo, conforme Fischer resgatou, fica evidente como o desenvolvimento local lida com estabilidade e mudança, inovação e permanência, disputa e solidariedade, sentidos contraditórios que são trabalhados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em vários níveis. E embora trabalhem com questões que ultrapassam o local, é nele que se realizam essas parcerias e os processos de desenvolvimento delas e da infraestrutura para que as tecnologias possam chegar ao final do processo de transferência. O que demonstra, mais uma vez, a centralidade das ações locais ocorridas nas Universidade, no governo e no mercado, antes de atingirem proporções nacionais e globais.

Nesse sentido, a meta *17.17: Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias*, apoia o que já vem sendo afirmado. Os exemplos que confirmam a eficácia dessas múltiplas parcerias são os parques e polos tecnológicos², as incubadoras de empresas³, os arranjos produtivos locais⁴, os consórcios intermunicipais, o microcrédito e as cooperativas. Os parques tecnológicos são espaços institucionais, concentrados, cercados, política e institucionalmente criados e com infraestrutura previamente instalada para atender empresas que futuramente venham a se alocar no espaço, ou seja, são criados intencionalmente. Enquanto os polos tecnológicos são territórios que atraem e abrigam uma proporção significativa de empreendimentos de base tecnológica, não necessariamente com investimentos público e que se desenvolvem de acordo com o fluxo do mercado. Por sua vez, as incubadoras de empresas são espaços protegidos, especificamente criadas para atender novos empreendimentos, inicialmente muito frágeis. Já os arranjos produtivos locais (APL) são territórios especializados na produção de um produto para consumo, onde há empresas que estabelecem laços de cooperação formais e informais entre si, visando competição no mercado externo, explicitando a governança em diferentes graus de organização pela articulação dos agentes internos: governo, empresas, instituições de ensino e aprendizagem profissional, universidades, sindicatos) dos APLs.

É frente a esses modelos de desenvolvimento local que se inserem o que podem ser entendidos como instrumentos de viabilização, sejam eles: os consórcios municipais que, segundo Cruz (2002), são ferramentas de cooperação entre governos municipais, por meio da articulação e racionalização dos recursos de cada esfera de poder que ocorrem na forma de associações ou pactos, instrumentalizando a união entre municípios e tem o intuito de resolver problemas e implementar ações de interesse comum (CRUZ, 2002); o microcrédito que visa análise, aval solidário e acompanhamento periódico presencial no empreendimento. Segundo Leite e Montoro (2008), são serviços financeiros na forma de empréstimos, poupanças, seguros, entre outros, para a população de baixa renda que, normalmente, não tem acesso nem condições de utilizar os serviços no sistema financeiro tradicional e as cooperativas que focam o desenvolvimento produtivo do território na geração de trabalho e renda. Para Veiga (2001), seu esforço é no sentido da integração dos setores excluídos dos sistemas de produção, dos circuitos de consumo e do mercado de trabalho e se orienta no sentido da distribuição de renda.

Analisando todos esses modelos e instrumentos e lembrando que os municípios podem captar recursos de fontes diversas como de projetos de captação, emendas parlamentares e extra

orçamentárias, a viabilidade da economia solidária, pela ideia do cooperativismo, escancara o poder de ação do desenvolvimento local ao promover mudanças sociais sustentáveis. Sendo assim, a meta 17.19: *até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento*, indica justamente a necessidade garantir a permanência dessas iniciativas que são exemplos bem-sucedidos, confirmando a importância de atuar localmente, considerando todas as questões abordadas neste texto, sem esquecer, é claro, que cada um atua de acordo com as especificidades enfrentadas no contexto em que se insere.

Ao cabo, esses exemplos permitem resumidamente focar: a) na questão financeira de arrecadação, distribuição, mobilização e promoção de recursos; b) na necessidade de cooperação para operacionalizar, promover e transferir tecnologias; c) no desenvolvimento das capacidades humanas; d) na inserção dos países menos desenvolvidos no comércio global e e) na coordenação e coerência políticas. Salientando que essa última dimensão é passível de ser tratada como agregadora, condição mesmo para que todas as metas anteriores sejam factíveis. Isso porque, uma vez mais, como lembram e defendem Guimarães e Fontoura (2012) o maior desafio da atualidade é *político* e diz respeito às *ações concretas de atores específicos e claramente identificáveis*. E embora eles afirmem que não seja mais o momento de debater a ciência, governança, instituições ou atores necessários para realizar as mudanças, eles também afirmam que é imperativo atuar. Fazendo coro com esses autores, Boisier (1999) afirma que:

Não há nenhuma receita que garanta êxito na questão do desenvolvimento. Porém, há pelo menos duas afirmações certas: se o desenvolvimento se encontra em nosso futuro, não será com ideias do passado que o alcançaremos; se o desenvolvimento é um produto da própria comunidade, não serão outros senão seus próprios membros quem o construirão. (BOISIER, 1999).

Portanto, como colocou Barbieri (2006), já que é preciso *pensar globalmente e agir localmente*, o que se pode fazer, enquanto não há um enfrentamento conjunto dos poderes globais, é atuar localmente por meio de medidas que a autonomia hierárquica dos entes permita, buscando uma governança em âmbito local, objetivando colocar em ação múltiplos atores, com práticas que alcancem as demandas específicas de cada contexto, especialmente porque, como apontam Moura e Bezerra (2016), o principal problema para a sustentabilidade das políticas públicas no Brasil é a falta de coordenação política, articulando todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, na construção do desenvolvimento sustentável. Isso porque, como nos

lembra Morin (2000), ao falar sobre os sete saberes necessários à educação do futuro: “E hoje que o planeta já está, ao mesmo tempo, unido e fragmentado, começa a se desenvolver uma ética do gênero humano, para que possamos superar esse estado de caos e começar, talvez, a civilizar a terra” (MORIN, 2000).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido a partir da análise do ODS 17 e suas metas, com base em revisão de literatura que trata da crise socioambiental contemporânea e do papel do desenvolvimento local no cumprimento de uma agenda global, permite concluir alguns pontos significativos sobre o desenvolvimento sustentável. O primeiro é o que diz respeito às metas identificadas do ODS 17, que permitem evidenciar a importância de ações locais para a realização de uma agenda global e, mais que isso, frente ao momento em que o capitalismo se encontra e dada a força da globalização, as ações locais, desde que desenvolvidas através de uma boa governança, se mostram como mais promissoras, se não únicas alternativas no momento. Outra evidência possível é a de que as políticas públicas locais, que articulam os múltiplos atores, sociais, econômicos e políticos e compõem-se de múltiplas parcerias, tendem a impactar diretamente no alcance das metas postas no ODS 17, abrindo caminho para as demais metas dos outros objetivos. Isso porque a solidariedade é a única arma que ainda nos protege das mazelas da globalização nos moldes capitalistas.

Desse modo, é possível afirmar que, sim, existem medidas em âmbito local que apresentam efetividade e eficiência na busca pela sustentabilidade e todas as variáveis que isso implica. Ações que permitem melhorar alguns indicadores postos nos ODSs, porém, sendo imprescindível apontar que tudo isso serve apenas de muletas. Pois é preciso aceitar, já que está mais do que reconhecido, que o capitalismo não poder ser o único modelo creditado para funcionar, porque ele está matando a Gaia e tudo que faz parte dela: fauna, flora e até os próprios homens que ainda creem que ele funciona. É imperativo, atuar no local, mas lembrar sempre que se a estrutura principal não se altera, as intervenções são apenas floreios, especialmente diante de um caso que deixou de ser urgente e demanda um adjetivo que estamos perto de criar.

4. AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer especialmente ao Professor Sérgio, não apenas pela orientação neste trabalho, como também por ministrar com excelência a disciplina de Abordagens teóricas e práticas do desenvolvimento local. Esse artigo é resultado de muita dedicação ao tema, fruto

plantado pelo professor em cada aula ao instigar os debates de forma científica e crítica, sempre com muito dinamismo e paciência para ouvir todos os alunos. Seu acolhimento e cuidado – pelo desejo de integrar todos os cursos e saberes – é o que alimentou e fez florescer a vontade de continuar pesquisando.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. et al. Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.25, n.81.
- BARBIERI, J. C. (2006). O local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável. In A. Cabral & L. Coelho (Orgs.), **Mundo em transformação caminhos para o desenvolvimento sustentável** (pp. 23-46). Belo Horizonte: Autêntica.
- BOFF, L. Modelos atuais de sustentabilidade e sua crítica. IN: BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. São Paulo: Vozes, 2012.
- BOISIER, S. **Teorías e metáforas sobre el desarrollo**. Santiago de Chile: CEPAL, 1999.
- CRUZ, M. do C. M. T. Consórcios intermunicipais: uma alternativa de integração regional ascendente. IN: OLIVEIRA, F. de; DOWBOR, L.; BAVA, S. C.; SPINK, Peter.; LEVY, E.; CRUZ, M. do C. M. T.; SILVEIRA, C.; BOCAJUVA, C.; ZAPATA, T.; VAZ, J. C.; KAYANO, J.; CALDAS, E.; PAULICS, V. (org.) **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Pólis, 2002.
- FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão - introdução a uma agenda. IN: FISCHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- GORENSTEIN, Silvia. ENFOQUES Y DEBATES SOBRE RECURSOS NATURALES, ACUMULACIÓN Y TERRITORIO. **Semest. Econ.**, Medellín, v. 22, n. 51, pág. 125-148, junho de 2019. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-63462019000200125&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 de março de 2021. <https://doi.org/10.22395/seec.v22n51a6>.
- GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. **Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais**. [S.l: s.n.], 2001.
- GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. In: **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 3, Rio de

Janeiro, Set. 2012.

JOLY, Carlos A .; QUEIROZ, Helder Lima de. Pandemia, biodiversidade, changes globais e bem-estar humano. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 100, pág. 67-82, dezembro de 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000300067&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 de março de 2021. Epub 11 de novembro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.006>.

LEITE, C.; MONTORO, F. A. F. **A importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social e o Banco do Povo Paulista**. Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito, Rio de Janeiro, 2008.

MARX, K. (1973). **El capital (Tomo I)**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1016 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. São Paulo: Cortez; 2011.

MOURA, A. S.; BEZERRA, M. C. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas** / organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura . – Brasília : Ipea, 2016.

O'NEILL, K.; HAAS, P. M. **Being There: International Negotiations as Study Sites in Global Environmental Politics**. *Global Environmental Politics*, v.19, n.2, p.4-13, 2019. https://doi.org/10.1162/glep_a_00505.

TEIXEIRA, M. Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar de Belo Horizonte. IN: CAMAROTTI, I. SPINK, P. **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

VEIGA, S. M. **Elementos para um projeto de Sócio-Economia Solidária**. Proposta, nº 88/89, pp. 60-75, 2001.

NOTAS TEXTUAIS

¹Sobre isso ver: CAMPOS, A. C. C. F. A INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL. In: ANPROTEC-HABITATS DE INOVAÇÃO, 2002, SÃO PAULO. XII SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 2002. Ver também: TERRA, B. A transferência de tecnologia em universidades empreendedoras – um caminho para a inovação tecnológica. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

²Sobre isso ver: THEIS, I. M. Inovação, desenvolvimento regional e parques tecnológicos: uma análise crítica do caso brasileiro. IN: FISCHER, T. (org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade,

2002. Ver também: TORKOMIAN, A. L. Estrutura de pólos tecnológicos. São Carlos: EdUFSCar, 1996.

³Sobre isso ver: SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados, v. 18, n. 51, pp. 7-22, 2004. Ver também: BOCAYUVA, P. C. C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ. IN: CAMAROTTI, I. SPINK, P. Redução da pobreza e dinâmicas locais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁴Sobre isso ver: CAMPOS, R. R. Ampliando espaços de aprendizagem: um foco para políticas de estímulos aos arranjos produtivos locais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – UCDB, Campo Grande, MS, 2004. Ver também: NORONHA, E. G.; TURCHI, L. Política industrial e ambiente institucional na análise de Arranjos Produtivos Locais. Brasília: IPEA, 2005.